

Projeções de um Debate

Wander Melo Miranda

Universidade Federal de Minas Gerais

... o campo que descobrimos é o solo a partir do qual o olhar teórico é formado e, em consequência, condicionado.

Wlad Godzich

¹ Sobre a noção de campo, ver GODZICH, Wlad. As literaturas emergentes e o campo da comparatística. *Cadernos de Mestrado/Literatura*, Rio de Janeiro, nº13, 1995, p. 24-25. Campo tem aí o sentido de um recorte do saber culturalmente construído e submetido às operações do seu aparato, sendo, portanto “condição da possibilidade do desenvolvimento cultural”. Em vista disso, afirma-se que “o ‘campo’ da comparatística é o *campo*.” Ver também BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

O impacto acadêmico do debate sobre os estudos culturais entre nós pode ser medido pelo espaço que esse debate tem alcançado no âmbito da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), a mais importante associação de pesquisadores da área. À primeira vista, o aparato de saber mobilizado pela abertura de outra via de discussão parece redimensionar os limites da interlocução comparativista até a implosão de seus contornos disciplinares, colocando em xeque sua legitimidade institucional. Mas a perplexidade diante da nova situação, que para muitos se traduz pela perda de identidade do objeto, é indício menos de uma crise do que a reafirmação, em termos radicais, de que o objeto da comparatística é o seu *campo*¹.

A natureza metateórica dos estudos comparados, assim percebida, reverte a expectativa de ausência de rigor conceitual e diluição dos parâmetros de avaliação crítica, uma vez que reorienta a perspectiva metodológica a que submete o objeto para o exame das suas condições semióticas e culturais, que são, em última instância, singulares e localizadas. Trata-se de inquirir a formação de valores que daí decorrem, a partir da alteridade que os constitui enquanto valores diferenciais e que, portanto, anulam qualquer exigência de universalidade e totalização.

A compreensão da literatura comparada como “institucionalização de um saber sobre a diferença”² promove um deslocamento crítico que busca, por um lado, historicizar o conceito, por outro, abstrair o que está muito contextualizado. Tal operação teórica – formadora e condicionada, nos termos da epígrafe acima – distancia o comparativismo da compulsão documental e da avaliação unívoca que por vezes circunscrevem os estudos culturais à esfera de um novo empirismo, embora não deixe de “localizar o estético na constelação mais abrangente dos processos culturais, no sentido antropológico”³.

A questão tem ocupado com certa regularidade a agenda de discussões no âmbito da crítica literária no Brasil, em particular, de forma mais sistemática e contínua, nas atividades promovidas pela direção da Abralic e por seus pesquisadores. A partir do 5º congresso da associação, realizado no Rio de Janeiro de 30 de julho a 2 de agosto de 1996, sob a presidência de Eduardo Coutinho, a discussão adquiriu contornos mais nítidos e incisivos, em virtude do próprio tema escolhido para o evento: “Cânones & Contextos”. No dizer de Raul Antelo, afirmou-se aí um registro dominante, o “das políticas de representação”⁴, contra o qual se insurgiu Leyla Perrone-Moisés, com o texto que obteve grande repercussão e igual polêmica dentre os apresentados. O texto com o título de “Que fim levou a crítica literária?”, foi publicado no caderno “Mais!” da *Folha de S. Paulo* em 25 de agosto de 1996, alguns dias após o encerramento do congresso, mostrando inusitada sintonia da mídia com a academia.

A indagação presente no artigo de Leyla Perrone resume as preocupações de parte expressiva dos profissionais da área de Literatura no Brasil, meio atordoados com a influência dos estudos culturais de linha norte-americana no país, como se o nosso velho e nunca resolvido problema do “torcicolo cultural” (Roberto Schwarz) retornasse outra vez. O texto dá forma a esse novo desconforto, abrindo o debate sobre a perda de espaço dos “estudos especificamente literários” na academia e seu enfraquecimento diante das novas áreas de poder nas instituições de ensino. Diz a autora:

Não se trata aqui de negar a utilidade e a oportunidade dos “estudos culturais”. Trata-se de defender o espaço dos estudos especificamente literários. O “culturalismo” que atinge a área literária, e não apenas ela, ameaça substituir as disciplinas especializadas por um ecletismo desprovido de qualquer rigor na formação do pesquisador e na formulação de conceitos e juízos⁵.

Mais adiante Leyla Perrone esclarece de que modalidade de juízo se trata: “juízo reflexivo e não juízo determinante”. Esse juízo seria

² ANTELO, Raul. Discurso de posse da diretoria da Abralic. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 4. (Inédito).

³ YÚDICE, George. Debates atuais em torno dos Estudos Culturais nos Estados Unidos. Salvador: ANPOLL/GT de Literatura Comparada, 1997. p. 1. (Inédito).

⁴ ANTELO, op. cit., p. 3.

⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Que fim levou a crítica literária? *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1996, Mais!, p. 9.

constituído por uma elite intelectual, que na melhor tradição moderna da primeira metade do século XX, é a responsável pelo estabelecimento de padrões de gosto e validade estética – logo, de um cânone de referência, sem o qual não é possível o julgamento crítico. Como argumento definitivo e legitimador da posição defendida, a autora lança mão da aula inaugural de Barthes, em 1977, no Collège de France, chamando a atenção para o fato de o teórico francês insistir na “responsabilidade da forma”.

⁶ YÚDICE, op. cit., p. 1.

Não é difícil perceber as razões – epistemológicas e práticas, chamemo-las assim – da reação contra os estudos culturais, se se tem em conta que estes, ao terem como objetivo “o estudo da formação de critérios de valor”⁶, colocam em xeque a hegemonia dos valores instituídos pela comunidade de letrados, por meio da revisão do cânone por critérios tidos como extra-literários (reivindicações de minorias e de ex-colônias), que não visam abolir o cânone, o que do ponto de vista de Leyla Perrone seria uma incoerência de princípios. Na verdade, o que essa perspectiva crítica não percebe, por defender a manutenção de um espaço disciplinar fechado ao que está além ou fora de suas fronteiras, é a lógica suplementar, no sentido derridiano do termo, que as referidas reivindicações instauram na cena literária e cultural da contemporaneidade.

Deslegitimar esse processo, ao situá-lo como a “doxa triunfante” do pós-moderno (sem que se defina com rigor teórico o que se está considerando sob tal rótulo), é insistir num regime de leitura fundado no valor universal construído pela modernidade ocidental, baseado na estética da ruptura, na “superstição do novo” (que Baudelaire já criticava na arte moderna), na rejeição *in totum* da cultura de massa, vista como a *bête noire* da atualidade. Da mesma forma, ao imputar as transformações sofridas pela literatura e pela arte contemporâneas à necessidade de atender a imposições de um mercado transnacional num mundo globalizado, sem querer (ou querendo), investe-se na manutenção das literaturas nacionais canônicas, a partir do endosso da idéia de nação como entidade una e autônoma.

Tais questões reapareceram, de outra perspectiva, na reunião do GT de Literatura Comparada da ANPOLL, realizada em Salvador, de 28 a 30 de setembro de 1997, sobretudo nas discussões realizadas a partir da conferência “Debates atuais em torno dos Estudos Culturais nos Estados Unidos”, proferida por George Yúdice. A conferência ressaltou a emergência dos estudos culturais no final da década de 70 nos Estados Unidos e o olhar auto-reflexivo que distinguia a nova área de conhecimento da crítica cultural anterior, como pode ser observado já no primeiro número de *Social Text*, através das contribuições dos colaboradores da revista, identificados à esquerda do espectro ideológico americano e responsáveis pelas mudanças então em curso. Carentes

de coerência uniformizadora, os estudos culturais manifestam uma tensão interna, oriunda das várias tendências que abrigam, bem como mantêm relações de proximidade com os estudos subalternos, os estudos minoritários e os pós-coloniais. De qualquer forma, têm como traço determinante o fato de serem “uma série de perspectivas teóricas e críticas que pretendem desconstruir as bases dos critérios nos quais se baseiam os valores sociais”⁷. Nesse espaço, a literatura e as artes em geral continuam ainda a “fazer-nos experimentar os processos sociais na sua forma, nos seus usos, nos seus conteúdos”⁸, embora sem o privilégio heurístico mantido até então.

A perspectiva culturalista e antropológica, assumida de modo a eleger a “performance como prática e a performatividade como princípio de análise”⁹, resulta numa sorte de realismo que, conforme salientou Raul Antelo na ocasião, não leva em conta a tradição das vanguardas. Nessa tradição, ainda segundo Antelo, residiria uma alternativa crítica às representações, mais precisamente através da operacionalização conceitual e prática do “ready made”, entendido como refuncionalização de um objeto já existente e que traria em si uma crítica aos processos de legitimação do valor, através da desconstrução de noções como de origem e fundamento, propriedade e universalismo

A abordagem do objeto cultural pelo interesse literário instaura um antagonismo produtivo na relação da literatura comparada com os estudos culturais, podendo ser considerada como uma sorte de estratégia de abertura do objeto e de problematização do seu campo (no sentido já explicitado). Para tanto, a própria situação institucional de ambas as áreas de estudo no Brasil é favorável. Nem os estudos culturais, nem a literatura comparada constituem departamentos autônomos nas universidades, definem antes programas de pós-graduação ou projetos de pesquisa¹⁰, que transcendem territórios disciplinares muito marcados academicamente, absorvendo profissionais de distintas subáreas de Letras e afins, na sua maioria provenientes do ensino de Teoria da Literatura e de literaturas nacionais.

Tem-se aí um traço diferencial que nos distingue, por exemplo, dos comparatistas europeus, mais propensos a projetar sobre a América Latina a marca filológica de autor, fonte e original. Diferente deles, como lembrou Eneida Leal Cunha no debate do GT, a vulgata para nós é outra – Foucault, Deleuze, Derrida – e é com os estudos culturais que provêm dessa biblioteca que dialogamos. Noções daí advindas, como as de disseminação, suplemento, *différance*, literatura menor, nos fornecem o referencial teórico para equacionar o que pede estudo na contemporaneidade – o local e suas relações com o global. Ao contrário das teorias da identidade, um olhar distanciado ou “estranho” sobre o objeto permite articular o local ao debate internacional da atualidade, contextualizando-o nos termos de uma outra perspectiva, distinta do

⁷ Idem, p. 7.

⁸ Idem, p. 11.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ No caso dos estudos culturais, deve-se destacar o Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ (PACC/UFRJ). Atualmente o Programa realiza diversas modalidades de debate via internet, do qual podem participar os que se cadastram na “home page” da Biblioteca Virtual de Estudos Culturais do PACC.

¹¹ LIMA, Luiz Costa. O controle do imaginário e a literatura comparada. *Cadernos de Mestrado/Literatura*, Rio de Janeiro, nº13, 1995, p. 49.

“elo entre a justificação estética e o princípio de nacionalidade”¹¹, elo próprio à relação comparativista tradicional.

Melhor pensar na metáfora da *fronteira*. Implícita à literatura comparada, torna-se espaço de travessia, ao mesmo tempo limite e limiar da possibilidade de elaboração da diferença que os estudos culturais vão acentuar nos estudos literários. No caso brasileiro, desde os anos 70, embora sem o rótulo que viria identificar posteriormente tal área de atuação, alguns teóricos e críticos, provenientes de Letras ou de Antropologia, já estavam trabalhando na fronteira entre literatura e cultura. É o que Silviano Santiago demonstra com precisão no Seminário “Declínio da Arte/Ascensão da Cultura”, promovido pela Abralic em Florianópolis, em março de 1997. Com o título de “Democratização no Brasil – 1979-1981 (Cultura versus Arte)”, a conferência de Silviano Santiago parte de uma série de questões que vale a pena reproduzir:

*Quando é que a cultura brasileira despe as roupas negras e sombrias da resistência à ditadura militar e se veste com as roupas transparentes e festivas da democratização? Quando é que a coesão das esquerdas, alcançada na resistência à repressão e à tortura, cede lugar a diferenças internas significativas? Quando é que a arte brasileira deixa de ser literária e sociológica para ter uma dominante cultural e antropológica? Quando é que se rompem as muralhas da reflexão crítica que separavam, na modernidade, o erudito do popular e do pop? Quando é que a linguagem espontânea e precária da entrevista (jornalística, televisiva, etc) com artistas e intelectuais substitui as afirmações coletivas e dogmáticas dos políticos profissionais, para se tornar a forma de comunicação com o novo público?*¹²

¹² SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil - 1979-1981 (Cultura versus Arte). In: ANTELO, Raul et al. *Declínio da Arte/Ascensão da Cultura*. Florianópolis: Abralic/Letras Contemporâneas, 1998. p. 11.

Para o equacionamento das respostas, o crítico demarca o período de 1979 a 1981. Detecta aí alguns momentos-chave do que poderia ser chamado de emergência dos estudos culturais no Brasil, retomando o debate das relações entre arte, vida e política, a partir de alguns textos da época. São eles: as entrevistas reunidas em *Patrulhas ideológicas* (1980) por Heloisa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder; o livro *Retrato de época (um estudo sobre a poesia marginal da década de 70)* (1981), do mesmo Carlos Alberto; o artigo “O minuto e o milênio ou Por favor, professor, uma década de cada vez”, de José Miguel Wisnik, publicado em *Anos 70 – Música popular (1979-1980)*; o estudo de Cláudia Matos *Acertei no milhar (samba e malandragem no tempo de Getúlio)* (1981).

Cada um desses textos contribui, à sua maneira, para a demo-

cratização das instâncias de produção e recepção da arte e da literatura no Brasil, por meio de uma perspectiva antropológica que cria novos espaços de enunciação, diferentes daqueles constituídos pelas práticas acadêmicas e políticas até então dominantes. Assim como o debate sobre as “patrulhas ideológicas” encerra de vez a hegemonia da esquerda no âmbito artístico-cultural, no campo da literatura a poesia marginal irá relativizar a especificidade do literário. Diz Silviano:

*Esvaziar o discurso poético da sua especificidade, liberá-lo do seu componente elevado e atemporal, desprezando os jogos clássicos da ambigüidade que o diferenciava dos outros discursos, enfim, equipará-lo qualitativamente ao diálogo provocativo sobre o cotidiano, com o fim de uma entrevista passageira, tudo isto corresponde ao gesto metodológico de apreender o poema no que ele apresenta de mais efêmero. Ou seja, na sua transitividade, na sua comunicabilidade com o próximo que o deseja para torná-lo seu.*¹³

¹³ Idem. p. 14.

A função de “mediador cultural” assumida pelo poema favorece processos de identificação que têm repercussões mais amplas no instante em que o cotidiano se politizava e a política se cotidianizava, para retomar a famosa constatação de Caetano Veloso. Não é outro o papel do relato de vida dos jovens revolucionários ou ex-exilados, que a atenção crítica de Silviano Santiago privilegia em alguns de seus ensaios anteriores, como uma espécie de virada da literatura brasileira, num sutil acerto de contas com as produções do alto modernismo, no momento mesmo em que alguns de seus mais ilustres representantes, como Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, traziam a público suas memórias, de elevada qualidade artística.

Na esteira dos relatos de vida dos jovens políticos, que o próprio Silviano pasticha sob a forma de interposta pessoa na ficção *Em liberdade* (1981), a emergência dos textos autobiográficos das minorias acentua a natureza “antropológica” que a literatura produzida no Brasil vai adquirindo. Em consequência, desfaz-se a idéia de uma nação literariamente una e coesa na sua diversidade, que o modernismo de 1922 contribuiu para afirmar, surgindo em seu lugar um espaço fragmentado e disjuntivo na sua heterogeneidade.

Nesse cenário, a que a indústria cultural globalizada se encarrega de dar uma feição própria, a atribuição da função de mediador ao objeto literário é uma atribuição de valor em que a diferença intra e intercultural joga a cartada decisiva. Na agonística de valores assim instituída, a questão da literatura nacional *brasileira*, por exemplo, toma uma outra direção, na medida em que o nacional deixa de ser pensado

como aquilo que permite dar um significado homogêneo ao que é heterogêneo. Colocada sob suspeita, a narrativa da nação que sustentava avaliações anteriores deixa de desempenhar o papel legitimador que vinha até então exercendo e que a equação nacional = moderno sintetiza com precisão.

A aferição da validade político-cultural de uma obra literária brasileira – se, no caso, é ainda de todo cabível o gentílico – não depende mais do seu maior ou menor grau de nacionalismo, nem do pagamento de um possível débito contraído com os centros hegemônicos internos e externos. Vale dizer: a diferença que margeia o texto literário e o constitui como tal não se define por uma originalidade intransferível, mas é antes a marca da retomada intermitente de uma cultura por outra. Trata-se, de certa forma, de pensar o texto “fora” da literatura, realizando uma operação desconstrutora que, para chegar ao seu fim, deve abandonar a especificidade literária imposta de antemão ao objeto por uma comunidade interpretativa dada ou sua reificação por determinados regimes centralizadores de leitura.

A dinâmica desse processo supõe que a crítica abandone de vez sua postura ratificadora de padrões universalistas de avaliação e equacione teoricamente suas próprias condições de possibilidade frente às singularidades históricas. Se a globalização libera as identidades locais do peso da cultura nacional, o poder residual desta última impede que aquelas sejam fetichizadas, abrindo um novo espaço para a avaliação da cultura *outra* sem deslegitimar a heterogeneidade que a torna irredutível. A globalização resulta, portanto, numa questão de escala ou de comparação, que amplia o horizonte de expectativas do leitor, bem como o espaço cultural e disciplinar da relação comparatista.

Como um antropólogo que não precisa deixar seu país, para lembrar aqui outra formulação de Silviano Santiago¹⁴, o crítico contemporâneo anula a face endógena do intercâmbio entre textos e culturas, com um pé cá e outro lá: dentro e fora de espaços geográficos e disciplinares. Essa postura lhe permite problematizar o local na sua relação com o global, mais interessado no hiato inerente a uma visão duplamente próxima e distanciada do objeto – literário, artístico, cultural – do que nas certezas a que levam as teorias da identidade. É a partir daí que tem início a possibilidade de constituição de um pensamento crítico sobre a literatura na atualidade. É esse debate que o 6º congresso da Abralic, a ter lugar em agosto de 1998 em Florianópolis, continua a propor sob a forma da indagação que o sintetiza – “Literatura Comparada = Estudos Culturais?” – e que deixa ainda em aberto a questão que buscamos pontuar.

¹⁴ Cf. SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 39.

